continuação

Correspondem aos valores a receber junto à Secretaria do Estado de Saúde Pública do Pará, pela emissão de notas fiscais através de valores acordados via ofícios, respaldado pela celebração do contrato de gestão hospitalar. Subsequente ao encerramento do exercício social e até a data de apresentação dessas demonstrações financeiras foi recebido o montante 2.600.933. **b) Provisão pela não realização das receitas diferidas:** Corresponde aos valores celebrados através de contratos de gestão para custeio das atividades operacionais hospitalares, referente aos exercícios anteriores que dificilmente serão realizados, pois não há expectativa de recebimento financeiro, ou aplicação desses montantes nas atividades operacionais da unidade hospitalar. A contrapartida da provisão está apresentada no passivo circulante na rubrica de receitas diferidas (nota explicativa nº 13).

6. Estoques

Descrição	2.017	2.016
Medicamentos	1.107.146	1.430.114
Materiais hospitalares de consumo	513.691	505.393
Materiais de Higiene e limpeza	46.883	60.704
Materiais de Expediente e Impressos	64.840	46.226
Materiais Hospitalares de Reposição	19.850	46.433
Ortese e Próteses	330.704	244.975
Outros	158.002	103.738
	2.241.116	**2.437.583**

7. Partes Relacionadas

	A receber/(a pagar)	
Descrição	**2.017**	**2.016**
Empréstimos entre unidades (a)	1.119.083	628.282
Pró-Saúde - Sede Administrativa	-	(129.943)
	1.119.183	**493.339**

(a) - Empréstimos: Corresponde a empréstimos concedidos a outras unidades pertencentes à Pró-Saúde Associação Beneficentes de Assistência Social e Hospitalar, sem a cobrança de encargos e prazo para devolução. **8. Depósitos Judiciais:** Os depósitos judiciais no montante de R$ 1.627.445, foi realizado em agosto de 2017 e corresponde a processo judicial em trâmite na justiça onde a Entidade está realizando as medidas legais e cabíveis para devolução dos valores.

9. Imobilizado, Intangível e Subvenções a Realizar

a) Composição: Itens	Custo	Depreciação Acumulada	2.017 Líquido	2.016 Líquido
Imobilizado				
Equipamentos telefônicos	41.802	(13.727)	28.075	23.301
Equipamentos de informática	1.126.033	(375.392)	750.641	944.742
Máquinas, equipamentos e instrumentos médicos	5.121.311	(712.975)	4.408.336	2.971.362
Móveis e Utensílios	1.235.673	(210.901)	1.024.772	1.281.160
Adiantamento a fornecedores	-	-	-	1.124.844
	7.524.819	**(1.312.995)**	**6.211.824**	**6.345.409**
Intangível				
Direito de uso de software	750.817	(191.291)	559.526	563.065
	750.817	**(191.291)**	**559.526**	**563.065**
Subvenções a realizar				
Subvenções governamentais *	(6.771.350)	-	(6.771.350)	(6.908.474)
	(6.771.350)	**-**	**(6.771.350)**	**(6.908.474)**

* As subvenções a realizar referem-se a recursos públicos recebidos com destinação específica para aquisição de máquinas e equipamentos, softwares de gestão e ampliação de instalações cirúrgicas, sendo apropriada ao resultado com base no valor da depreciação correspondente aos bens.

b) Movimentação

Descrição	Saldo em 31/12/16	Adições e transferências	Depreciação	Saldo em 31/12/17
Equipamentos telefônicos	29.005	12.797	-	41.802
Equipamentos de informática	1.092.497	33.536	-	1.126.033
Máquinas, equipamentos e instrumentos médicos	3.215.395	1.905.916	-	5.121.311
Móveis e Utensílios	1.369.500	(133.827)	-	1.235.673
Adiantamento a fornecedores	1.124.844	(1.224.844)	-	-
(-) Depreciação	(485.832)	-	(827.163)	(1.312.995)
Total ativo imobilizado	**6.345.409**	**693.578**	**(827.163)**	**6.211.824**
Direito de uso de software	615.263	135.554	-	750.817
(-) Amortização	(52.198)	-	(139.093)	(191.291))
Total ativo intangível	**563.065**	**135.554**	**(139.093)**	**559.526**
Subvenções governamentais	(6.908.474)	(829.131)	966.255	(6.771.350)
Total subvenções	**(6.908.474)**	**(829.131)**	**966.255**	**(6.771.350)**

c) Taxas de depreciação e amortização: As taxas de depreciação e amortização praticadas são:

Descrição	Taxa ao ano
Equipamentos telefônicos	20,0%
Equipamentos de informática	20,0%
Maquinas, equipamentos e instrumentos médicos	10,0%
Móveis e utensílios	10,0%
Direitos de uso de software	20,0%

10. Fornecedores

Descrição	2.017	2.016
Materiais e medicamentos	284.934	1.613.366
Serviços de terceiros pessoa jurídica	497.302	498.893
Imobilizado	-	20.238
	782.236	**2.132.497**

11. Honorários Médicos: Os honorários médicos a pagar estão registrados pelo valor de liquidação das obrigações e apresentam a seguinte composição:

Descrição	2.017	2.016
Honorários médicos pessoa jurídica	218.538	420.195
	218.538	**420.195**

12. Obrigações Sociais e Trabalhistas

Descrição	2.017	2.016
Salários e ordenados	858.965	801.506
Provisão dissídio coletivo (a)	112.848	361.493
FGTS	132.012	105.976
INSS	77.326	83.123
Provisão de férias e encargos	1.394.555	1.124.801
Outras	27.480	55.402
	2.603.186	**2.532.301**

(a) Provisão para dissídio coletivo: Em 31 de dezembro de 2017 corresponde ao dissídio coletivo do SINTHOSP, Sindicato dos Profissionais de Enfermagem e Técnicos, do Estado do Pará, considerando o percentual de reajuste de 2,85%, de setembro a dezembro de 2017. **13. Receita Diferida:** Corresponde aos valores pactuados com a Secretária Executiva de Saúde Pública do Estado do Pará, para utilização no custeio mensal e investimento em máquinas e equipamentos da unidade.

Descrição	2.017	2.016
Subvenção para investimento	362.719	1.021.405
Subvenção para custeio	23.034.289	23.034.289
(-) Provisão pela não realização das receitas diferidas **(a)**	(19.068.255)	-
	4.328.753	**24.055.695**

(a) Provisão pela não realização das receitas diferidas: Corresponde aos valores celebrados através de contratos de gestão com o Governo do Estado do Pará, para custeio das atividades operacionais da unidade hospitalar, referente aos exercícios anteriores que dificilmente serão realizados, pois não há expectativa de recebimento financeiro, ou aplicação desses montantes nas atividades operacionais. A contrapartida da provisão está apresentada no ativo circulante na rubrica de contas a receber (nota explicativa nº 5).

14. Provisão para Descontinuidade de Contrato: Os valores provisionados a título de descontinuidade das atividades correspondem à multa rescisória do FGTS de 50% sobre o valor dos depósitos nas contas vinculadas, mediante a previsão de rescisão de contrato de trabalho no encerramento do contrato de gestão. Esses custos incorridos são parte integrante dos orçamentos, reconhecidos mediante provisão e distribuídos ao longo dos períodos do contrato de gestão pactuado. A movimentação da provisão no período foi a seguinte:

Descrição	2.017	2.016
Saldo inicial	723.083	312.089
Adições (Nota 15 - despesa com pessoal)	387.549	410.994
	(56.722)	-
Saldo final	**1.053.910**	**723.083**

15. Provisão para Contingências: Em 31 de dezembro de 2.017 e 2.016, baseado na opinião de seus assessores jurídicos, a Entidade não possui nenhum processo com probabilidade de perda provável, em trâmite na justiça. **16. Receitas com Subvenções - Custeio:** As receitas com subvenções - custeio, correspondem ao contrato de gestão pactuado com a Secretaria Executiva de Saúde Pública do Estado do Pará. Os valores são relativos à cobertura dos gastos de custeio dos respectivos objetos contratados e em 31 de dezembro de 2.017 montaram a R$ 48.508.333 (Em 2016 - R$ 43.536.116).

17. Despesas com Pessoal

Descrição	2.017	2.016
Salários e ordenados	(10.266.553)	(8.590.302)
Férias	(1.500.929)	(1.184.100)
Décimo terceiro salário	(1.118.138)	(853.107)
Insalubridade	(812.647)	(655.506)
Horas extras e adicionais	(939.675)	(638.657)
Auxílio Habitação	-	(75.000)
Ajuda de Custo	-	(11.000)
FGTS	(1.190.549)	(947.448)
Provisão para descontinuidade - Multa rescisória FGTS	(387.549)	(410.994)
Contribuição Patronal ao INSS	(4.039.766)	(2.977.587)
(-) Isenção da Contribuição Patronal ao INSS	4.039.766	2.977.587
PIS	(111.514)	(116.290)
(-) Isenção do PIS (a)	76.499	-
Outras	(696.302)	(802.639)
	(16.947.357)	**(14.285.043)**

(a) Em fevereiro de 2017 o Supremo Tribunal Federal julgou o recurso extraordinário nº 636.941/RS, onde decidiu que as entidades beneficentes de assistência social que atendam aos requisitos legais, são isentas à contribuição ao PIS/Pasep. Assim, a partir de maio de 2.017 a entidade deixou de recolher a contribuição ao PIS sobre as despesas com pessoal, bem como, passou a registrar a isenção correspondente no resultado do exercício.

18. Serviços de Terceiros

Descrição	2.017	2.016
Serviços médicos de terceiros	(12.617.653)	(12.587.705)
Serviços de terceiros pessoa jurídica	(5.319.690)	(4.159.842)
	(17.937.343)	**(16.747.547)**

19. Custos Corporativos Compartilhados: Refere-se ao custo corporativo compartilhado da Sede Administrativa, relativo ao apoio técnico especializado, administração e processamento de informações da unidade hospitalar.

20. Drogas Materiais e Medicamentos

Descrição	2.017	2.016
Medicamentos	(4.733.629)	(3.971.698)
Materiais de uso do paciente	(1.949.740)	(1.619.701)
Gêneros alimentícios	(343.853)	(280.350)
Ortese e prótese	(571.451)	(263.714)
Dieta enteral e parenteral	(186.354)	(142.295)
Gases hospitalares	(94.524)	(99.434)
Tecidos, confecções, uniformes e enxovais	-	(394.348)
Materiais de higiene e limpeza	(526.647)	(637.945)
Impressos e materiais de Expediente	(282.277)	(267.118)
Ajuste de inventário físico	(14.712)	(436.670)
Materiais de conservação e reparos	(132.527)	(282.957)
Materiais descartáveis	(68.977)	(124.736)
Outros	(283.514)	(284.952)
	(9.188.205)	**(8.805.918)**

21. Despesas Gerais e Administrativas

Descrição	2.017	2.016
Energia elétrica, água, telefone e internet	(1.394.784)	(1.124.657)
Depreciação e amortização	(966.255)	(510.026)
Manutenções	(220.014)	(199.324)
Prêmios de seguros	(98.819)	(67.782)
Condução e taxis	(49.430)	(71.099)
Viagens e ajuda de custo	(335.082)	(329.473)
Provisão de ativos irrecuperáveis	-	(393.750)
Outras	(220.265)	(147.421)
	(3.307.193)	**(2.843.532)**

22. Instrumentos Financeiros: Os instrumentos financeiros que a Entidade possui são classificados da seguinte forma:

Descrição	2.017	2.016
Ativos		
Valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	1.504.119	5.468.448
Recebíveis		
Contas a receber	2.600.933	21.173.177
Partes relacionadas	1.119.183	493.339
Total	**5.224.235**	**27.134.964**
Passivos		
Pelo custo amortizado		
Fornecedores	782.236	2.132.497
Honorários médicos	218.538	420.195
Total	**1.000.774**	**2.552.692**

Risco de liquidez: O principal risco financeiro considerado pela Administração da Entidade é o risco de liquidez, onde a Entidade possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista e depende da realização financeira do Contrato de Gestão. A Entidade trabalha alinhando a disponibilidade e a geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados. **23. INSS Cota Patronal: (a) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social:** Em 25 de setembro de 2.014, foi publicada no Diário Oficial da União a renovação do CEBAS (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social) da Pró-Saúde, relativo ao triênio 2.010 a 2.012. Em 28 de junho 2.012, a entidade protocolou o pedido de renovação do CEBAS (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social) no Ministério da Saúde, relativo ao triênio 2.013 a 2.015, em cumprimento ao art. 34 da Lei 12.101/09, sendo que ainda não foi julgado até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras. O CEBAS esteve válido durante todo o exercício de 2.017 por determinação do art. 3º, § 3º, do Decreto n. 2.536/98, revogado pelo Decreto 7.237/10, que previu: "Art. 8º. O protocolo dos requerimentos de renovação servirá como prova da certificação até o julgamento do processo pelo Ministério competente." A Pró-Saúde atende os requisitos constitucionais e legais referentes à concessão e renovação do CEBAS, o que lhe reconhece a imunidade em relação a impostos. **(b) Apresentação da cota patronal:** A cota patronal e sua respectiva isenção estão demonstradas na nota explicativa nº 17 - Despesas com pessoal não afetando o resultado do exercício. **(c) Ganhos ou perdas e riscos potenciais:** A cota patronal do INSS registrada em contas de resultado não potencializa qualquer ganho ou perda, excetuando-se a desoneração da contribuição de seus custos e despesas operacionais que lhe atribui maior eficiência no desenvolvimento de suas atividades. **24. Contribuições Sociais Usufruídas:** A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Oncológico Infantil Octávio Lobo - Belém/PA, é uma filial da Pró-Saúde, entidade sem fins lucrativos, imune de recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit, e isenta notadamente em relação à cota patronal do INSS. Com relação aos demais tributos sobre as atividades próprias, destacamos: PIS (Programa de Integração Social): A partir de maio de 2017, após decisão do Supremo Tribunal Federal, a entidade passou a ser isenta da contribuição do PIS sobre as despesas com pessoal. COFINS (Contribuição para financiamento da seguridade social): A entidade é isenta do pagamento da Cofins incidente sobre as receitas de suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03. A isenção das contribuições usufruídas foram:

Descrição	2.017	2.016
Contribuição para o financiamento da seguridade social	1.493.941	1.324.058
Contribuição patronal ao INSS	4.039.766	2.977.587
PIS sobre folha de pagamento	76.499	-
	5.610.206	**4.301.645**

25. Pacientes Atendidos: A entidade prestou serviços apenas ao S.U.S. (Sistema Unico de Saúde), atendendo assim a Lei 12.101/09 que determina o percentual mínimo de atendimento a pacientes S.U.S em 60%, para fins de gratuidade.

Dom Eurico dos Santos Veloso
Presidente

Jocelmo Pablo Mews
Diretor Geral da Pró-Saúde

Alba Lúcia
Diretora Geral do Hospital

Tatiane Santos
Diretora Financeira do Hospital

Michael Cansanção - Contador local - CRC - PA 010610/O-2

David Martins Ferreira - Contador geral - CRC: 1SP 195.413/O-2 "S" - PA

continua